

INFORME

INFORMATIVO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS Nº 34 ABRIL/MAIO - 2007

ARTIGOS

PELO DIREITO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICO-ELEITORAL NO BRASIL

MARIA DO SOCORRO SOUSA BRAGA

Introdução

Com as eleições gerais de 2006, 12 pleitos já foram realizados no Brasil. No contexto da ampla discussão sobre o funcionamento da democracia representativa essa prática assume importância crucial. Isso porque as eleições, ao mesmo tempo, espelham e produzem, ainda que não imediatamente, consequências na estrutura de poder da sociedade e nos traços institucionais mais gerais do sistema político-representativo. No entanto, antes de qualquer análise sobre os resultados eleitorais do último pleito há que se indagar sobre as pré-condições da representação: quem são os representados e como eles vêm participando da escolha dos representantes.

É central na teoria democrática dahlsiana a questão sobre o grau de participação política dos representados no processo eleitoral. Falar em participação política implica fazer referências, antes de tudo, a duas

indagações que trataremos de desenvolver neste espaço. Primeira, qual é a amplitude do corpo de representados na democracia brasileira da atualidade? Segunda, quais são os modos de que os eleitores dispõem para expressar suas preferências?

No que se refere à primeira questão, cabe ressaltar que a problemática da representação política no Brasil já foi debatida por muitos estudiosos, os quais deram sua contribuição para esclarecer a espantosa marginalização a que se deixou a população durante a maior parte de nossa história. Todavia, o exame do comportamento de variáveis tradicionais de participação eleitoral no atual período democrático nos coloca diante de um novo cenário que justifica retomar esse debate. Ao contrário do quadro anterior, verificamos a ampliação da participação política com a aquisição do sufrágio universal no Brasil. Essa importante mudança em nosso sistema político pode ser verificada na tabela 1 a seguir.

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO ELEITORAL - 1982/2006

	Eleitorado	Votantes		Abstenção	
		Nº	%	Nº	%
1982	58.871.378	48.455.879	82,3	10.415.499	17,7
1986	68.576.451	65.133.227	95,0	3.443.224	5,0
1989	82.056.226	70.250.194	85,6	11.806.032	14,4
1990	83.820.556	71.940.913	85,8	11.879.643	14,2
1994	94.743.043	77.660.795	82,0	17.082.248	18,0
1998	106.053.106	83.280.755	78,5	22.766.744	21,5
2002	115.184.176	94.741.120	82,3	20.442.672	17,7
2006	125.827.049	104.779.065	83,3	21.047.984	16,7
Média		-	84,3	-	15,6

Fonte: Nicolau (1998), TSE.

Como podemos ver, as origens da maior inclusão da população no processo eleitoral estão claramente ligadas ao fim do regime autoritário e ao processo de construção da democracia representativa brasileira. Durante esse processo foi definido o arranjo político-institucional por ocasião da Constituinte, mantendo-se o sistema federativo, a forma presidencial e bicameral de nosso sistema político, confirmada pelo plebiscito de 1993. Ademais, permaneceram as linhas gerais do sistema eleitoral, com o princípio proporcional e a lista aberta para as eleições dos Legislativos municipais, estaduais e federal, e o princípio majoritário para as disputas dos Executivos e do Senado. Do ponto de vista do eleitorado, o sistema ampliou consideravelmente a cidadania eleitoral com a extensão do voto aos analfabetos e redução para 16 anos do limite de idade para o direito ao voto.

Em 24 anos, o eleitorado cresceu 95,7%. O período em que o eleitorado brasileiro mais cresceu foi entre 1986 e 1990. O crescimento menos significativo ocorreu de 1982 a 1986. O total de votantes em relação ao eleitorado, assim como a abstenção, apresentou um padrão de variação que claramente demonstra a sua relação com a conjuntura política do período sob análise. Três eleições foram particularmente significativas, o que se refletiu nos altos valores percentuais de votantes e na baixa abstenção: 1986, 1989 e 1990. A eleição de 1986, além de escolher os representantes do Congresso Nacional Constituinte, ocorreu sob os efeitos tanto do recadastramento eleitoral como e, principalmente, sob o impacto do primeiro Plano Cruzado. Já a eleição de 1989 teve como fator fundamental de motivação a eleição direta para presidente da República, após 29 anos. E a eleição de 1990 se deve à proximidade com o pleito presidencial e à renovação do Congresso Nacional. Cabe chamar atenção ainda para o percentual de comparecimento das eleições de 2006, o mais alto quando comparado aos das últimas

Sumário

ARTIGOS

PELO DIREITO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICO-ELEITORAL NO BRASIL	1
AULA INAUGURAL: I PROJETO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL – FFLCH	4

EVENTOS

AULA INAUGURAL: I PROJETO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL - FFLCH	4
PROFA. LÍGIA CHIAPPINI DISCUTE O LUGAR DA LITERATURA NA ATUALIDADE	6
DIREITOS REPRODUTIVOS EM PAUTA	6

IDADE DO CONHECIMENTO

ENTREVISTA: PROFESSOR MÁRIO DE BIASI	8
O ENVELHECIMENTO NA CIDADE: O CASO DE SANTOS	11

MESTRADOS	14
-----------------	----

PRODUÇÃO DA FACULDADE	15
-----------------------------	----

EXPEDIENTE



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITOR:

Profa. Dra. Suely Vilela

VICE-REITOR:

Prof. Dr. Franco Maria Lajolo



FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DIRETOR:

Prof. Dr. Gabriel Cohn

VICE-DIRETORA

Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini

COMITÊ EDITORIAL DO INFORME: Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini (DTLLC), Prof. Dr. Gabriel Cohn (DCP), Prof. Dr. Pablo Ruben Mariconda (DF), Profa. Dra. Zilda Márcia Gricoli Iokoi (DH), Profa. Dra. Esmeralda Vailati Negrão (DL), Prof. Dr. Flávio Wolf de Aguiar (DLCV) e Sra. Eliana Bento da S. A. Barros (AÇÃO) - Membro Assessor. **SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:** Eliana Bento da Silva AmatuZZi Barros – MTb 35814. **COORDENAÇÃO:** Dorli Hiroko Yamaoka – MTb 35815, **PROJETO GRÁFICO:** Dorli Hiroko Yamaoka. **DIAGRAMAÇÃO:** Dorli Hiroko Yamaoka. **COLABORADORES:** Mariana Pereira Lenharo e Verônica Reis Cristo. **REVISÃO:** Verônica Reis Cristo. **FOTOS:** Eusebio Gregorio Costa. **SERVIÇO DE ARTES GRÁFICAS:** João Fernando Querido Salvado. **IMPRESSÃO:** Gráfica – FFLCH/USP. **TIRAGEM:** 1200 exemplares.

três eleições do período analisado. Esse percentual contraria observadores e analistas que, diante de uma conjuntura marcada por crise política e escândalos envolvendo parlamentares das duas Casas Legislativas ao longo da campanha eleitoral de 2006, alardeavam para altos índices de abstenção mesmo com a obrigatoriedade do voto no Brasil.

No que tange à segunda questão, ou seja, as formas de manifestação das preferências do eleitorado, os dados da tabela 2 indicam as principais variáveis relacionadas a essas formas. São investigados os números de votantes (o subconjunto do eleitorado que comparece às urnas), os votos brancos e os votos nulos, e os votos válidos. Os votos válidos

são o somatório de todos os votos conferidos a candidatos e/ou partidos. Ao mesmo tempo buscamos contextualizá-las situando-as no debate público das últimas eleições.

Ao longo dessa última campanha também chamou bastante atenção o crescimento do percentual de votos brancos e nulos. Ao contrastar os fatos apontados com situações semelhantes anteriores, percebemos que as eleições de 2006 estão bem distantes do quadro imaginado por analistas e comentaristas da vida política brasileira. A incidência de votos brancos e nulos sobre o comparecimento eleitoral pode ser avaliada na tabela a seguir.

TABELA 2 - DADOS GERAIS DAS ELEIÇÕES PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS 1982/2006							
	Votantes	Votos Brancos		Votos Nulos		Votos Válidos	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1982	48.455.879	5.285.008	10,9	2.045.863	4,2	41.125.008	84,9
1986	65.133.227	14.346.662	22,0	4.067.984	6,2	46.718.581	71,7
1990	71.940.913	21.576.537	30,0	9.865.607	13,7	40.498.769	56,3
1994	77.660.795	12.568.389	16,2	19.398.234	25,0	45.694.172	58,8
1998	83.280.755	8.522.372	10,2	8.160.027	9,8	66.600.175	80
2002	94.741.120	4.475.946	4,7	2.729.050	2,9	87.532.199	92,4
2006	104.779.065	6.575.581	6,3	4.425.571	4,2	93.777.913	89,5
Média		-	14,3	-	9,4	-	76,3

Fonte: Nicolau (1998), TSE.

De acordo com os dados da tabela 2, as taxas desses tipos de manifestação política para a Câmara dos Deputados apresentam praticamente o mesmo movimento: cresceram até 1990 (no caso dos votos nulos ainda se elevariam em 1994), diminuindo sistematicamente nas eleições seguintes. As eleições de 2006 registraram um leve crescimento tanto nos percentuais de votos nulos quanto no de brancos.

Em termos do grau de cada manifestação, os votos brancos mais que duplicaram em 1986, continuaram aumentando em 1990, decresceram quase pela metade em 1994, mantiveram-se relativamente estáveis em 1998 e caíram pela metade em 2002, elevando-se ligeiramente em 2006. Estáveis entre 1982 e 1986, os votos nulos mais que duplicaram em 1990, praticamente dobraram em 1994, mas diminuíram um pouco mais que o dobro em 1998 e quase três vezes menos em 2002, mantendo-se praticamente estável em 2006.

No que tange às taxas de votos válidos, a constatação mais importante é a tendência ao aumento expressivo do eleitor votante em se definir por alguma das alternativas partidárias, o que pode ser um bom indicador da credibilidade dos partidos e políticos. Em média, no período analisado, essa parcela do eleitorado representa 76%. Razoavelmente estáveis em 1982 e 1986, os votos válidos decresceram em 1990 e 1994, mas voltaram a crescer sistematicamente em 1998 e 2002, mantendo-se estável em 2006. No entanto, é preciso considerar que a explicação dessas flutuações deve-se, em grande medida, ao próprio crescimento do eleitorado, ao caráter obrigatório do voto no Brasil e ao uso da urna eletrônica a partir das eleições nacionais de 1998¹. O impacto da urna eletrônica — ao facilitar o ato de votar através do uso apenas de números associados a partidos e candidatos —, bem como a nova

¹ A urna eletrônica foi introduzida nas eleições locais de 1996 em 57 municípios (capitais e municípios com mais de 200 mil eleitores), os quais representavam 32,1% do eleitorado nacional.

seqüência (estabelecida pelo TSE a partir de 1998) em que se vota para os diferentes cargos em disputa (colocando em primeiro lugar a eleição para o legislativo e, depois, para os cargos executivos), o que certamente fez diminuir as proporções de votos nulos e em branco.

Diante deste quadro inédito de incorporação ex-

pressiva da população adulta ao sistema representativo brasileiro temos, finalmente, um dos requisitos essenciais ao pleno funcionamento da democracia política no Brasil. Resta indagar quanto tempo ainda temos que ser obrigados a votar quando, em uma democracia representativa, deveria prevalecer o direito e não o dever de livre manifestação de nossas preferências.

EVENTOS

AULA INAUGURAL: I PROJETO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL – FFLCH

POR MARIANA PEREIRA LENHARO

O auditório do Hospital Universitário estava lotado no dia 21 de março – o público era composto por estudantes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP inscritos no I Projeto de Integração Social. A aula foi proferida por Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e coordenadora do projeto, que teve início no ano passado e tem sido, desde então, muito bem-sucedido em seus propósitos.

Com a função de trabalhar com os pacientes infantis do Hospital Universitário, os estagiários do projeto podem atuar em duas áreas diferentes: o ambulatório, onde as crianças aguardam pelo atendimento e a Brinquedoteca da Pediatria, onde ficam as crianças internadas. Eles dedicam seis horas por semana a essa tarefa e, em contrapartida, recebem créditos-aula na categoria de optativas. A maioria dos inscritos era estudante do curso de Letras, mas também estavam presentes estudantes de Ciências Sociais e História.

Durante o encontro, Teresa Cristina Manrique Coan, chefe de Seção do Ambulatório do HU falou sobre o perfil dos pacientes com quem os estagiários vão interagir: eles têm idades entre 29 dias e 15 anos e vêm de comunidades que moram próximas à USP ou fazem parte da própria população - USP, ou seja, aqueles que possuem algum vínculo com a universidade.

A Enfermeira Chefe da Seção de Pediatria do HU, Nanci Cristiano Santos, também participou do encon-

tro com os futuros estagiários do projeto. Ela conversou com eles sobre a grande preocupação do HU em estabelecer procedimentos que evitem ao máximo o risco de infecção hospitalar. Dentre os cuidados que devem ser tomados pelos estudantes, o mais básico e essencial é lavar as mãos antes e depois de interagir com cada uma das crianças. Nanci também enfatizou a importância dos estagiários em supervisionar os pais e acompanhantes dos pacientes no sentido de conscientizá-los para que também tomem os cuidados necessários para evitar qualquer contaminação.

O direito de brincar, inerente às crianças, foi abordado pela recreacionista e pedagoga Daniela Ribeiro Linhares que exerce a função de técnica de apoio educativo no HU. Para ela, é fundamental que a criança não se dissocie da infância no período em que está internada. Essa é a importância da Brinquedoteca que, segundo ela, é “um ambiente mágico, em que até esquecemos que estamos dentro de um hospital”.

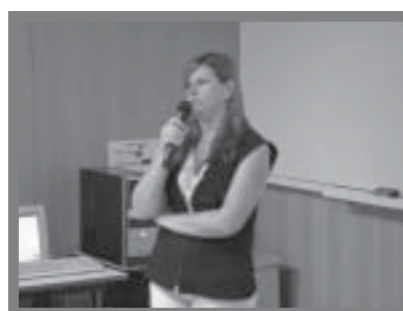
Daniela conta que, antigamente, as crianças permaneciam sozinhas e impossibilitadas de brincar durante o período de internação, o que era prejudicial. Em 1956, surgiu a primeira brinquedoteca do mundo na Suécia, experiência que se mostrou muito benéfica à saúde das crianças. A experiência foi reproduzida no Brasil somente na década de 80. Em 2005, a Associação Brasileira de Brinquedotecas conseguiu a aprovação de uma lei federal que instituiu a “obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas nas unidades de saúde que ofereçam

atendimento pediátrico em regime de internação”. Composta por “cantinhos” – cantinho da leitura, cantinho da casinha, cantinho dos jogos, etc. – a brinquedoteca é um ambiente lúdico que ajuda a criança a aceitar sua doença e aceitar o tratamento que ela deve receber.

Procurando atender às necessidades de todos, criou-se um espaço para os adolescentes de até 15 anos, com computadores e atividades adequadas a essa idade. Recentemente, as mães dos pacientes também foram incluídas nas atividades do HU, que passou a oferecer oficinas todas as segundas-feiras.

Teresa Cristina demonstrou o sucesso do I Projeto de Integração Social quando comentou que, durante as férias, os pacientes e seus acompanhantes sentem falta dos estagiários. “Muitas vezes é impossível dar a cada criança a atenção que ela merece” – observa a pedagoga Daniela. É aí que entra a importância dos estagiários, que têm a possibilidade de oferecer um atendimento mais personalizado aos pacientes infantis.

O projeto, que no início contava com 20 vagas para estagiários, recentemente abriu mais algumas vagas, que serão preenchidas pelos alunos já inscritos.



PROFA. LÍGIA CHIAPPINI DISCUTE O LUGAR DA LITERATURA NA ATUALIDADE

PALESTRA REALIZADA NO DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA FOI SEGUIDA PELO LANÇAMENTO DO LIVRO *CONE SUL* POR MARIANA PEREIRA LENHARO



O livro *Cone Sul: fluxos, representações e percepções*, organizado pelas professoras Lígia Chiappini e Maria Helena Martins, foi lançado no dia 28 de março no Prédio de Letras. Antes, a professora Lígia Chiappini proferiu a palestra “Literatura e Ciências Humanas: trocar ou perder?”

No preâmbulo da palestra, a professora referiu-se ao caráter multidisciplinar do livro

e informou sobre suas origens, vinculadas ao Simpósio Internacional Fronteiras Culturais do Cone Sul – organizado pelo Celpcyro (Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise Cyro Martins) e pela Cátedra de Literatura e Cultura Brasileira do Instituto Latino-americano (LAI) da Universidade Livre de Berlim, da qual a professora Lígia é responsável.

Para discutir as vantagens e desvantagens de se atingir plena interdisciplinaridade no ensino das Ciências Humanas, a professora Lígia falou sobre sua experiência no Instituto Latino-americano da Universidade Livre de Berlim. Segundo ela, lá existe uma interdisciplinaridade que nunca foi concretizada na FFLCH: os alunos do LAI circulam livremente entre diversas áreas do conhecimento.

Apesar de fazer ressalvas quanto ao isolamento acadêmico dos Departamentos da FFLCH, que pouco cultivam as trocas interdisciplinares, a professora

Lígia aponta uma possível desvantagem no sistema interdisciplinar presente em seu Instituto: a literatura não tem um nicho específico, sendo englobada dentro do extenso campo das Ciências Humanas. “Afinal, como trocar sem perder?”, questiona Lígia. Ou seja, como aproveitar a riqueza da interdisciplinaridade sem, no entanto, perder a profundidade dos estudos sobre literatura? Esse foi o tema central da palestra.

Atualmente há uma aparente substituição da literatura pelos chamados estudos culturais, além dos estudos de área – que são estudos disciplinares aplicados a uma região específica. Isso preocupa os literatos, que têm sólidos conhecimentos sobre literatura. A professora critica essa indiferença com relação à literatura, lembrando que não é preciso demonizá-la para valorizar também outras formas de cultura, como a música e o cinema.

Maria Helena Martins, a outra organizadora do livro *Cone Sul*, também compareceu ao evento e falou aos presentes sobre o Celpcyro, instituição criada por ela em 1997. Segundo resenha do professor Flávio Aguiar, o livro conta com estudos literários, artísticos, lingüísticos, sociológicos, antropológicos e de comunicações, invadindo também os campos da economia e da ciência política. A tese que subjaz em todo o livro é a de que “as fronteiras, neste ‘mundo mundializado’, não são mais linhas divisórias entre alteridades que se reconhecem ou não, se agridem ou se toleram. São elas mesmas ‘regiões específicas’, com estatutos próprios”.

DIREITOS REPRODUTIVOS EM PAUTA

ESPECIALISTAS DEBATEM TEMA POLÊMICO EM CONFERÊNCIA
POR MARIANA PEREIRA LENHARO

A necessidade de se investir em políticas de planejamento familiar é cada vez mais reconhecida, mesmo entre os mais conservadores. Dando início à conferência *Direitos reprodutivos – uma questão da Democracia*, a professora Eva Blay, coordenadora científica do NEMGE (Núcleo de Estudos da Mulher e Relações sociais de Gênero) conta que, quando era senadora, seu projeto de lei sobre planejamento

familiar foi aprovado com unanimidade no Senado. O que não é consenso, e ainda é visto com estranheza por grande parte da população, é a questão do aborto sob o paradigma do direito e da legalidade.

Pensar a sexualidade e a reprodução no campo das leis foi o que propôs a professora Maria José Rosado Nunes, do programa de pós-graduação em Ciências da Religião, da PUC-SP. Primeira convi-

dada a expor suas idéias na mesa, Maria José afirmou que a população não vê a mulher como portadora do direito da escolha de interromper ou não uma gestação. O aborto é tolerado somente em casos de estupro, de risco de vida para a mulher e de anomalias fetais; nas palavras da professora, casos que incitam a compaixão para com a gestante. Ainda assim, se cerca de 70% dos brasileiros aceitam a idéia de aborto nesses casos especiais, isso é resultado da ação feminista na sociedade.

É preciso lembrar, segundo Maria José, que o campo das legalidades é construído por meio de lutas e disputas constantes. Muitas vezes as leis são vistas como instituições cristalizadas e sempre à disposição, mas ela alerta que sempre há a possibilidade de retrocesso. Por isso não se deve perder de vista a história da construção das leis, que não só expressam as mudanças da sociedade, como também são “instrumento da instalação de uma práxis emancipatória”.

Compondo a mesa também estava a médica Carmen Simone Grilo Diniz, professora do Departamento de Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Saúde Pública da USP. Simone Grilo retomou um tema que já havia sido abordado por Maria José – o avanço histórico dos direitos reprodutivos. Ela conta que a questão dos direitos reprodutivos como direitos humanos aparece na década de 90. Em 1993, a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em Viena, foi um impulso para a discussão do tema. No ano seguinte, realizou-se a Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento. Logo depois, em 1995, houve a IV Conferência Mundial da Mulher, em Pequim. Segundo a professora Simone Grilo, Cairo e Pequim foram campos de lutas intensas: “Desde Cairo, houve uma mudança no tratamento das questões populacionais. Antes, ela era pensada em termos de controle; depois, passou a ser pensada em termos de direito – houve um salto qualitativo”.

De acordo com o Programa de Ação do Cairo, “os direitos reprodutivos englobam certos direitos humanos já reconhecidos em leis nacionais, documentos internacionais de direitos humanos e outros documentos consensuais das Nações Unidas. Tais direitos se baseiam no reconhecimento do direito fundamental de todos os casais e indivíduos de decidir livre e responsabilmente o número, o espaçamento e a época de seus filhos, e de ter informação e meios de fazê-lo, assim como o direito de atingir o nível mais

elevado de saúde sexual e reprodutiva”.

Simone Grilo também falou sobre a importância de se lutar pelo direito à maternidade voluntária, prazerosa e socialmente amparada. A maternidade voluntária é aquela em que a mulher escolhe ser mãe por vontade própria, e não por falta de acesso a métodos contraceptivos ou por pressões da sociedade em que vive. O conceito de maternidade prazerosa pretende desvincular a gravidez e o parto do sofrimento e da dor. Por exemplo: um procedimento que torna o trabalho de parto muito mais agradável à gestante é simplesmente ter alguém querido para segurar sua mão. Por maternidade socialmente amparada, refere-se “desde a assistência pública e gratuita de boa qualidade, passando pela saúde no ciclo gravídico puerperal, até a assistência à maternidade e o direito à creche e escolas públicas”. Simone enfatizou, por fim, a importância da academia na transformação de demandas sociais em leis e direitos.

O professor Sérgio Adorno, do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP, foi o último convidado da mesa a falar. Ele discorreu sobre a questão dos direitos humanos ao longo da história – para ele, a idéia de direitos humanos promoveu uma requalificação dos sujeitos. “Hoje em dia não há democracia sem direitos humanos e não há direitos humanos fora da democracia”.

Abordar os direitos humanos sob a perspectiva feminista tem implicações políticas muito importantes. Para Sérgio Adorno, os direitos reprodutivos fazem parte do direito ao desenvolvimento. Atualmente, a noção de desenvolvimento está estreitamente ligada aos Objetivos do Milênio, estabelecidos pela ONU em 2000. Essas metas, no entanto, nem sequer mencionam os direitos reprodutivos.

Um dos questionamentos vindos da platéia, ao final das exposições da mesa, foi a respeito do aparente refluxo da luta pelos direitos reprodutivos nos últimos anos. Quanto a esse assunto, a professora Simone Grilo respondeu que o movimento não está estagnado, porém existem vários fatores que podem interferir em sua intensidade. O feminismo acadêmico, por exemplo, depende de financiamento.

A questão do aborto também motivou uma pergunta do público. Questionou-se o direito da mulher de se fazer o aborto, em detrimento do direito do feto de sobreviver, ou do direito do homem de tomar a decisão. A professora Maria José respondeu que não há luta pelo direito ao aborto, mas sim, pelo

direito de se ter acesso a um procedimento seguro, caso a decisão da mulher seja por interromper a gravidez; e essa segurança só pode ser alcançada por meio da legalidade. Quanto ao direito do homem de decidir, o ideal, segundo a professora, é que a decisão seja tomada pelo casal, no entanto, como a gestação se dá na mulher e é ela quem geralmente cuida

da criança, o direito primeiro é dela.

Os direitos reprodutivos, assim como os direitos humanos em geral, vêm sendo alcançados gradualmente ao longo de uma história de embates e lutas. A conferência demonstrou a importância do pioneirismo acadêmico ao lidar com questões ainda vistas com ressalva por grande parte da população.

IDADE DO CONHECIMENTO

IDADE DO CONHECIMENTO

POR MARIANA PEREIRA LENHARO

Neste número do Informe, a seção Idade do Conhecimento traz uma entrevista com o professor Mário De Biasi, recém aposentado do Departamento de Geografia. A entrevista vem seguida de um artigo da

pesquisadora Juliana Andrade de Oliveira, que defendeu recentemente seu mestrado pelo Departamento de Sociologia, com dissertação sobre o tema do envelhecimento no espaço urbano de Santos.

ENTREVISTA: PROFESSOR MÁRIO DE BIASI

POR MARIANA PEREIRA LENHARO

Mário De Biasi conta sobre sua carreira acadêmica, avalia o ensino da Geografia nos diferentes níveis de educação e dá sua opinião sobre o papel do aposentado na sociedade. O professor, que já se considera “parte dos móveis e utensílios do Departamento de Geografia”, leciona há 43 anos nesta instituição e continua suas atividades acadêmicas no Programa de Pós-Graduação mesmo após a aposentadoria.

Mariana Pereira Lenharo: Depois de formado, em 1963, o senhor foi contratado, em 1964, como instrutor da disciplina de Cartografia e Elementos de Aerofotogrametria. Mais tarde, em 1967, o senhor ministrou sua primeira aula, sob os desígnios do professor André Libault. Como foram suas primeiras aulas? O senhor sempre teve vocação para professor?

Mário De Biasi: Antes de estar formado fui convidado pelo professor Ari França, que havia substituído o antigo professor de Cartografia, João Soukoup, para que eu o auxiliasse como monitor-aluno nas

aulas de Cartografia no ano de 1961 e, por vezes, eu era chamado para auxiliá-lo em tarefas extra-departamentais. Após minha formatura, ministrei aulas de Geografia em um colégio particular na Água Branca (Avenida Francisco Matarazzo) e no Colégio Estadual “Caetano de Campos”, para o período noturno, nos anos de 1964 e 1965. No segundo semestre de 1964, concorri a uma bolsa de estudos pelo governo francês, para me especializar em Cartografia com mestres franceses como Fernand Joly e André Libault.

Durante a espera do resultado, fui convidado por indicação do Conselho do Departamento de Geografia da FFLCH-USP para integrar, como instrutor, o quadro docente do DG no mês de dezembro de 1964. Logo a seguir, recebi a informação de que o professor André Libault viria para o Brasil para ministrar as aulas de Cartografia e capacitar os docentes da especialidade. Como consequência, desisti da bolsa e aguardei a sua chegada.

No início da atuação de Libault como professor da

disciplina, fui um “duplo assistente”: ao mesmo tempo em que me atualizava nas questões da Geocartografia, tendo em vista a grande defasagem dos nossos conhecimentos do que ocorria em outros países, era solicitado pelo mestre a participar de maneira intensa nas aulas práticas. Mais tarde, em 1967, é que ele me confiou uma parte do curso de Cartografia I. Diga-se de passagem, era a parte em que mais tinha conhecimento tendo em vista a minha formação anterior como agrimensor e posteriormente como geógrafo com especialidade em Cartografia.

Naquela época, as aulas de Cartografia eram ministradas durante o ano letivo (integral), com oito horas semanais, sendo quatro horas teóricas e quatro horas práticas, tanto para o período diurno, como noturno.

MPL: Como o senhor avalia o ensino de Geografia das universidades brasileiras atualmente? O que mudou, desde a época em que o senhor deu as primeiras aulas até hoje em dia?

MDB: Vou tentar responder as duas questões formuladas em uma só. Algumas décadas atrás, as faculdades que tinham a disciplina de Geografia nos seus currículos seguiam um modelo tradicional mais ligado aos europeus, principalmente o francês que, de certa forma, foi o que vingou a partir da década de quarenta e cinquenta, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro. As tendências que ocorreram no nosso conhecimento geográfico dependeram muito dos contatos daqueles mestres que para aqui vieram e transmitiram as novas tendências da nossa ciência ou daqueles colegas que foram em busca de um aperfeiçoamento nas suas especialidades. Naquela época, as transformações ocorridas na forma de como “ver” a Geografia eram mais lentas e muitas vezes quando esta aqui se fixava, lá na sua origem já havia sofrido alterações. Essas alterações ocorreram mais na área de Geografia Humana do que na de Geografia Física, não que esta não sofresse alterações no tipo de abordagem. No que diz respeito à área de Cartografia, essas modificações no modo de ver a disciplina foram significativas e a defasagem de pelo menos duas décadas foi sanada com a vinda do mestre da Cartografia francesa, André Libault.

As mudanças que ocorreram daquela época até hoje estão diretamente relacionadas aos novos conhecimentos que foram sendo assimilados pelos nossos colegas e, como consequência, novas disciplinas na área de Geografia foram criadas. Hoje essas transformações ocorrem de maneira mais rápida tendo

em vista um intercâmbio entre as universidades de diferentes países, sem falar nas altas tecnologias das informações. Por outro lado, no que diz respeito ao número de alunos por classes da década de sessenta, que era de trinta por período, hoje é de cento e vinte ou mais ocupando o mesmo espaço, contrariando uma lei da física e o poder de comunicação dos docentes, sem falar na falta de instrumental para ministrar uma boa aula.

MPL: Seu Atlas Geográfico Escolar faz parte da lista de material didático de várias escolas. Como o senhor avalia o ensino da Geografia nos níveis fundamental e médio?

MDB: Quanto ao Atlas do qual sou um dos autores, este foi idealizado em função dos que existiam na época, isto é, não se adaptavam aos currículos de primeiro e segundo graus, bem como por seu tamanho e peso dificultavam o seu transporte para as salas de aula. Da mesma forma, seus conteúdos não atendiam às necessidades de informação das representações gráficas que até hoje são difíceis para os professores; pode-se imaginar para os alunos. Foi então que fizemos uma pesquisa junto a diferentes escolas, situadas em diferentes locais, fossem elas estaduais, municipais ou particulares, como também junto ao seu corpo docente, para que pudessem compatibilizar os conteúdos programáticos e a facilidade de comunicação visual dos mapas e seus diferentes usuários. No que diz respeito à avaliação do ensino da Geografia nos níveis fundamental e médio, não posso deixar de retroagir a uns trinta anos e parecer um saudosista, mas lembrar que naquela época os professores eram bem preparados e mais ou menos bem remunerados. Hoje os professores não se sentem incentivados tendo em vista o número exagerado de alunos em sala de aula, sem falar nos salários irrisórios que lhe são oferecidos. Por outro lado, os livros didáticos antigos tinham um conteúdo mais denso, com a obrigatoriedade por parte do aluno de ler, entender e interpretar aquele conteúdo e, além disso, havia um grande incentivo às leituras paralelas. Atualmente, há mais figuras e menos textos e nem mesmo estes conseguem reter inteligentemente. Também os métodos de avaliação eram individuais e mediam de forma mais coerente o potencial dos alunos. Hoje, a avaliação continuada vai gerar a aprovação por “decreto lei”, principalmente nas escolas públicas.

Depois dessas considerações, podemos melhor entender o ciclo vicioso: “o professor finge que ensina e o aluno finge que aprende”, que vai perdurar ao longo de todo o primeiro e segundo graus, com uma certa continuidade no terceiro grau.

MPL: Dos alunos que entram no curso de Geografia, muitos têm o interesse em se tornarem cartógrafos? Hoje em dia, essa área da Geografia é valorizada?

MDB: Hoje o aluno ingressante no curso de Geografia tem um interesse maior pela Cartografia do que em décadas passadas. Isso tem uma explicação pelo fato de que ele não precisa dominar a arte do desenho manual como no passado. A tecnologia atual veio substituir a coordenação motora, o senso artístico, a criatividade, entre outras características de um futuro cartógrafo. No passado, o produto cartográfico era construído de forma analógica, ou seja, etapa por etapa, de maneira que o executor tinha a noção do que estava fazendo, onde ele queria chegar e qual era a eficácia da técnica de representação gráfica que foi utilizada.

Com o advento dos programas de computador para elaboração de produtos cartográficos, ficou muito mais “fácil”, pois para cada variável geográfica que se queira representar já existe um programa. Com relação a alguns programas, devemos ter o cuidado de analisar o produto final de maneira criteriosa, tendo em vista que alguns deles não foram elaborados por um profissional da Cartografia e que, por vezes, deixa de cumprir uma ou algumas etapas na confecção de um determinado produto cartográfico. Tendo em vista tudo o que falamos anteriormente, é bem possível que surjam alguns futuros cartógrafos de formação geográfica, uma vez que grande parte de nossos alunos e formados em geografia já exercem funções em diferentes órgãos públicos nos diferentes níveis e em empresas particulares no ramo da Geocartografia.

MPL: Em matéria da revista Nova Escola, de 1997, o senhor foi entrevistado por produzir material didático em Geografia e ensinar essa técnica a professores do nível fundamental em oficinas do Lemadi (Laboratório de Ensino e Material Didático). O senhor ainda produz esses materiais?

MDB: A produção desses materiais somente ocorre semanas antes das oficinas patrocinadas pelo

Lemadi, do Departamento de Geografia, e servem de modelos para que os participantes possam observar como ficará no final.

Poderíamos montar uma firma para produzir os diferentes modelos e sair vendendo aos professores e às escolas, mas nosso objetivo é outro, é fazer com que os interessados no assunto construam o seu próprio material dentro de uma seqüência do “passo a passo” e ao final, quando pronto, ensinar como eles vão utilizá-los em sala de aula. Durante essas oficinas, surgem perguntas de como poderiam construir determinado modelo se no local em que eles (os participantes) lecionam não têm acesso aos materiais que apresentamos? É aí que nós “puxamos” pela criatividade, fazendo com que eles usem da imaginação, ou seja, procurando substituir o que foi apresentado como modelo por outro material.

Cito um só exemplo: ao construirmos um modelo para ensinar latitude e longitude, utilizamos uma bola de isopor seccionada em um oitavo de sua circunferência (equador) e duas linhas que partem das extremidades convergindo para um ponto (pólo), recortamos esse pedaço demarcado e teremos a possibilidade de ensinar concretamente o que é latitude e longitude. Na falta da bola de isopor poderíamos nos valer de uma laranja ou limão, procedendo da mesma forma que o exemplo citado anteriormente. Para os outros modelos procuramos substituir os materiais industrializados por materiais recicláveis.

MPL: Após 43 anos como professor do Departamento de Geografia, como é aposentar-se?

MDB: Ainda não senti grandes diferenças, talvez porque faz muito pouco tempo que ocorreu a aposentadoria compulsória. O contato com o alunato de graduação vai ocorrer talvez por mais dois ou três anos pelo fato de ter lecionado na graduação até o penúltimo semestre de 2006 e os alunos ainda nos procuram. Daí para diante o tempo é que vai dizer como é aposentar-se.

MPL: O senhor pretende continuar orientando mestrados e doutorados, participando de bancas e realizando outras atividades dentro da Universidade, após a aposentadoria?

MDB: De certa forma, a questão colocada vem complementar a pergunta anterior. Quando da aproximação da data da aposentadoria compulsória, a chefia do Departamento de Geografia e a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geogra-

fia Humana consultou-me se eu desejava continuar no programa e eu disse que gostaria de continuar, afinal de contas, “já faço parte dos móveis e utensílios do Departamento de Geografia com número funcional e patrimonial 27841”.

MPL: Na sua opinião, qual é o papel do aposentado na sociedade atual?

MDB: Minha opinião a respeito do papel do aposentado na sociedade atual nos leva a refletir em duas situações: a primeira, a do aposentado que é regido

pelo sistema estatutário, seja a nível municipal, estadual ou federal, que receberá seus proventos quase na totalidade, podendo de certa forma manter um certo padrão de vida razoável. A segunda situação é a do celetista que recolhe com base em um número de salários mínimos, mas é aposentado com base em um índice sobre o salário baixíssimo que vai achatar significativamente o seu salário e conseqüentemente o seu padrão de vida, tendo que procurar nova atividade para suprir o seu rombo orçamentário. Isso se tiver sorte de encontrar um novo emprego.

O ENVELHECIMENTO NA CIDADE: O CASO DE SANTOS*

JULIANA ANDRADE OLIVEIRA**

O envelhecimento populacional acontece como um processo demográfico no Brasil desde a década de 1940, quando declina a taxa de entrada de imigrantes no país, como mostrou Elza Berquó¹. Porém, esse fenômeno começa a chamar mais atenção dos estudiosos, do estado e da mídia quando se torna preocupante a alta proporção de idosos² não assegurados pela previdência e de aposentados em relação à população economicamente ativa³. A queda da taxa de mortalidade da população idosa e o aumento da longevidade trazem à tona também uma redefinição da velhice como fase da vida: como considerar idosa (palavra que significa “aquele que tem muita idade”) uma pessoa que pode ter quarenta anos ainda por viver? E como vive a atual geração de jovens idosos?

Algumas cidades do Brasil experimentam esse fenômeno demográfico de maneira mais intensa por três grandes motivos, resumidamente: porque muita população jovem e em idade adulta emigra, deixando a cidade com maior proporção de idosos; ou porque seus residentes envelhecem junto a uma que-

da, nas décadas passadas, das taxas de fecundidade (número de filhos por mulher) e de natalidade (quantidade de nascidos vivos no ano); ou ainda, porque há entrada de migrantes idosos. Santos é uma dessas cidades e vive todos os três fatores mencionados, embora o segundo com mais ênfase.

Santos é a cidade central da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), com grande participação na economia do estado de São Paulo, abrigando o maior porto da América Latina. É uma cidade altamente urbanizada (99,46% da população vivendo em área urbana), com uma economia girando em torno predominantemente do setor de serviços voltado para sua própria população metropolitana, para o porto e para o turismo. Das cidades da região é a que tem proporcionalmente menor população flutuante (veranistas), a que mais perde nas trocas migratórias e a que se destaca continuamente desde a década de 1960 pelo seu grande número de idosos. Em Santos, a proporção da população de 60 anos ou mais da cidade é de

* Este artigo expõe algumas das questões que foram analisadas na minha dissertação intitulada “Terceira idade” e cidade: o envelhecimento populacional no espaço intra-urbano de Santos”, defendida em março deste ano pelo Departamento de Sociologia desta Faculdade.

** Mestre em Sociologia pela FFLCH-USP e Tecnologista da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO.

¹ BERQUÓ, Elza. “Considerações sobre o envelhecimento da população no Brasil” In: NERI, Anita e DEBERT, Guita (orgs), *Velhice e Sociedade*, Campinas: Ed. Papirus, 1999. p.11-39.

² De acordo com o IBGE, chamaremos de população idosa aquela com 60 anos ou mais de idade, dividindo-a em dois segmentos: jovens idosos (60 a 80 anos) e idosos mais velhos (a partir dos 80 anos), como faz Camarano (org.), 2004.

³ População economicamente ativa (PEA) é aquela que está trabalhando ou que está em busca de emprego. Sobre a atenção ao tema: há, no entanto, estudos pioneiros nas sobre a velhice e aposentadoria, anteriores à temática do envelhecimento populacional, como o de Simone de Beauvoir, *A velhice* (São Paulo, Difel, 1976); *Memória de Velhos*, de Ecléa Bosi (São Paulo, 1987, Cia das Letras), e o de Eneida Haddad, *A Ideologia da Velhice*, São Paulo, Editora Ática, 1989, para citar alguns.

15,68%, quase o dobro da proporção dessa faixa etária na população total do país, que é de 8,56%. Comparada com outras cidades da mesma classe de tamanho populacional (entre 200 mil e 500 mil habitantes), é a que tem a maior proporção de idosos no estado de São Paulo.

Mas o que chama mais atenção no envelhecimento populacional de Santos são os seus melhores índices sociais em relação à população idosa nacional, destacando-se até mesmo dentro da sua própria região metropolitana em termos de renda e grau de instrução. Nos limites deste texto, para se ter uma rápida idéia, podemos citar que na distribuição de renda brasileira entre os idosos a maioria se concentra na faixa de até 2 salários mínimos, enquanto em Santos 60% da população idosa recebe entre 3 e 10 salários mínimos, sendo que 5,40% da população entre 60 e 79 anos recebem mais de 30 salários mínimos e apenas 3% no estado de São Paulo conseguem estar nessa faixa de renda.

Desde o período de 1959 a 1970, Santos é a cidade do estado de São Paulo que contém maior número de aposentados na sua população. De acordo com o demógrafo Alberto Jakob⁴, enquanto a média da RMBS nesse período era de 4,7% de população aposentada, Santos já dispunha de 6%. Comparando com os municípios centrais da RMBS, Santos estava bem acima, pois São Vicente possuía 4%, Praia Grande 3,6% e Guarujá 1,9% de população aposentada nesse período, em média.

O crescimento do número de aposentados em relação às outras categorias de ocupação (emprego e empregador) na estrutura ocupacional da população santista a partir da década de 1960 se explica, a nosso ver, pelo Decreto N°. 3.087 de 1960 que instituiu a aposentadoria especial. Em linhas gerais, esse decreto permitia aos trabalhadores submetidos a condições insalubres, penosas ou perigosas, segurados pela previdência social há pelo menos 25 anos e com 50 anos ou mais de idade aposentar-se. Quatro anos

depois, o Decreto N°.53.831 de 25 de março de 1964 especificava as categorias profissionais que teriam direito a aposentar-se com 25 anos de contribuição, a chamada aposentadoria especial. Dentre elas, muitas que em Santos eram numerosas como os próprios trabalhadores portuários (estivadores, conferentes, motorneiros, operários de construção de navios), pescadores, trabalhadores em metalúrgica e siderurgia e outros. Por isso, já na década de 1960 Santos podia destacar-se com alto número de aposentados⁵. Grande parte da classe trabalhadora de Santos está no Porto. Trata-se de uma das classes operárias mais antigas do país, com maior experiência na luta de classe e na reivindicação de direitos sociais, como mostrou Maria Lúcia Gitahy⁶.

No entanto, o envelhecimento populacional de Santos chama atenção porque é visível. Diferentemente daquela representação de velhice recatada vivida pelas viúvas e por aposentados já nos limites de suas forças, em Santos a “velhice”, com esse nome, está cada vez mais “fora de moda”. Os idosos estão cada vez mais participando de diversas atividades lúdicas e culturais pela cidade e se deslocando para realizar tarefas do cotidiano.

Porém, para explicar o que havia de especial no envelhecimento populacional que vemos em Santos, foi necessário analisar mais do que o perfil sócio-demográfico de sua população idosa, mas o seu próprio processo de estruturação urbana que organizou as áreas residenciais da cidade. Conforme os dados de Jakob e dos estudos do Núcleo de Estudos Sócio-Econômicos da Universidade Santa Cecília⁷, os bairros que concentram residências de idosos em Santos são justamente os mesmos onde estão as famílias com renda acima de 20 salários mínimos. Com uma pesquisa de campo e um estudo da formação do espaço intra-urbano santista, pudemos observar que não só a bela paisagem da praia, mas um espaço intra-urbano com boa infra-estrutura e serviços, separado residencialmente das classes pobres, forma

⁴ JAKOB, Alberto E. Análise sócio-demográfica da constituição do espaço urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000. Tese de Doutorado defendida no Núcleo de Estudos da População da Universidade Estadual de Campinas (NEPO-UNICAMP), Campinas 2003.

⁵ Em 1968 esse decreto foi revogado e depois, em 1979 regulamentado novamente. Depois de muitas alterações quanto às exigências para que o trabalhador tenha o direito ao benefício (como o tempo de exposição aos agentes prejudiciais, por exemplo) a legislação em vigor continua beneficiando (ainda que de maneira dificultosa ao trabalhador) as categorias mencionadas.

⁶ GITAHY, Maria Lúcia Caira. Ventos do Mar: Trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914. São Paulo: Editora da Unesp e Prefeitura Municipal de Santos, 1992.

⁷ NESE – Núcleo de Estudos Sócio-Econômicos da UNISANTA. Índice de Exclusão Social e inclusão Social – Santos-SP, disponível em <http://www.nese.unisanta.br>

um ótimo cenário para o envelhecimento da classe média da própria cidade e do interior do estado de São Paulo⁸.

Em Santos, a “reinvenção da velhice” da qual falou Guita Debert⁹ ganha materialidade e é visível pelos espaços públicos da cidade. O modo como a população idosa santista delimita e encara esse período da vida define suas atividades cotidianas e as diversas maneiras como pode participar da cidade. Pode ser com a sua presença ao simplesmente passear pelas ruas, caminhar na praia ou no extenso jardim que a margeia; pode ser realizando deslocamentos para consumo indo a supermercados, padarias, bancos, restaurantes, academias de ginástica; ou simplesmente usufruindo as diversas possibilidades de sociabilidade que o espaço público proporciona, formando rodas de conversa, de carteados, grupos que se reúnem para tomar sol na praia, para dançar, ou apenas para constituir um grupo e formar um coletivo, pelo simples prazer de pertencer a uma coletividade, como sugeriu Simmel¹⁰, com o conceito de sociabilidade como uma interação de socição lúdica.

Todas essas atividades intra-urbanas realizam-se porque há uma cidade que as acolhe, que dá o lugar para essa sociabilidade e que é, ao mesmo tempo, apropriada pelos idosos e re-significada em algumas de suas localizações urbanas. Em linhas gerais, podemos dizer que o conceito de “localizações urbanas”, de Flávio Villaça¹¹, quer referir-se a espaços que concentram destinos de deslocamentos de pessoas. São decorrências dos movimentos da população para o trabalho e para o consumo (num sentido amplo: de serviços, de produtos, da paisagem natural, etc.), que são caracterizados, por sua vez, pelas condições sócio-econômicas, culturais e espaciais da população, ou seja, são reflexos dos processos que constituem a estrutura urbana. Os idosos que têm autonomia física (capacidade para realizar atividades cotidianas sem ajuda de terceiros), como parte significativa da população santista, têm sua participação nesses deslocamentos, e já começam a produzir suas “localizações

urbanas de idosos” – assim chamamos os espaços mais freqüentados por eles na cidade, que já se tornam conhecidos como “lugar de encontrar idosos”.

Observamos que em Santos os idosos aposentados, por terem muito tempo livre e compartilharem, a maioria, de um ideal de envelhecimento jovializado, autônomo e ativo, prezam pela busca de encontros, de companhias, de atividades, sobretudo os homens, que, tendo dedicado boa parte do seu tempo ao trabalho, pouco se acostumaram a ficar em casa o dia todo. E o local de encontrar o novo, o fortuito, o inesperado, é, necessariamente, o inverso do mundo da casa (controlado, domesticado, íntimo, conhecido): o mundo da rua, como analisou Roberto Da Matta no seu clássico estudo¹², ou simplesmente o mundo “semi-público” ou “semi-privado”¹³ de fora de casa, como observamos nas instituições que oferecem atividades para a terceira idade (essas últimas mais freqüentadas pelas mulheres).

Para os entrevistados que praticavam alguma atividade (dança de salão, coral, jogo de xadrez, trabalho voluntário, etc.), mais do que para os entrevistados que ainda trabalhavam ou buscavam dedicar-se às tarefas do cotidiano, o importante é sair de casa, pois é fora de casa que se sentem jovens. “Alegria, para mim, é quando eu estou na rua!”, disse-me uma senhora que cantava num coral. Assim, sair de casa não traz somente o prazer de dançar, cantar, mas também “o ambiente ideal” da sociabilidade do qual falava Simmel, uma turma, ou, como gostam de dizer, “uma família”, enquanto a realidade do orçamento apertado, do convênio médico insuficiente, dos problemas financeiros dos filhos que fazem parte hoje dos problemas dos pais idosos, ficam em casa.

Assim, parece-nos haver uma afinidade eletiva entre a sociabilidade definida por Simmel e a aposentadoria, mais especificamente daquele que não volta a trabalhar. O mundo ideal da sociabilidade pode ser um caminho para re-adquirir um papel numa nova cena, principalmente para os homens idosos,

⁸ A migração de idosos foi investigada por Jakob (2003) e NESE-UNISANTA, 2003-2007, através da sua pesquisa de emprego e desemprego disponível em www.nese.unisanta.br.

⁹ DEBERT, Guita, Grin. A Reinvenção do Envelhecer. São Paulo: Edusp FAPESP, 1999.

¹⁰ SIMMEL, Georg. “Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal.” In: MORAES FILHO, Evaristo(org.). Simmel. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas, 34).

¹¹ VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1998.

¹² DA MATTÁ, Roberto. Carnavais Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1990.

¹³ Como chamou Clarice Peixoto ao comparar a sociabilidade de aposentados no Rio de Janeiro e em Paris, em PEIXOTO, Clarice. Envelhecimento e Imagem. Rio de Janeiro: Annablume, 2000.

menos ambientados com o mundo doméstico, domínio feminino nas gerações idosas mais velhas.

Dessa forma, a busca pela sociabilidade que caracteriza as chamadas “melhor idade”, “terceira idade”, “idade da experiência”, encontra na cidade o seu lugar. A “terceira idade”¹⁴ aparece-nos como um “tipo ideal” de envelhecimento urbano. Aos que não têm mais o trabalho como dimensão estruturante da sua vida cotidiana, o espaço público da cidade, a rua, a avenida da praia, não é um lugar só de passagem, que está entre o ponto de partida e o de chegada: é um lugar também de passar o tempo. As localizações urbanas oferecem uma das condições do encontro, da sociabilidade: um

espaço determinado e acessível. E os idosos oferecem um significado social a elas, imprimindo a Santos a imagem de cidade da melhor idade.

Neste texto, nosso intento foi o de apontar algumas das várias questões que podemos encontrar ao analisar como o envelhecimento populacional pode participar da vida urbana de uma cidade, e como esta, por sua vez, pode trazer a público experiências de redefinição social da velhice. Berquó e Baeninger (2000)¹⁵, analisando as características espaciais da população idosa brasileira, já apontaram que ela vive predominantemente nas cidades, portanto, essas são relações que merecem ser aprofundadas.

¹⁴ Com aspas, pois essa denominação não é acolhida com facilidade pelos idosos santistas, embora insistentemente seja utilizada como uma expressão “politicamente correta” pelas instituições que se dirigem aos idosos, como o SESC, as universidades da terceira idade, etc.

¹⁵ BERQUÓ, Elza. e BAENINGER, Rosana. “Os idosos no Brasil: considerações demográficas.” Campinas: Textos NEPO 37, outubro 2000.

MESTRADOS

EXPRESSIVIDADE EM FRASES FEITAS: UMA ANÁLISE DA PEÇA *BURUNDANGA* DE LUI ALBERTO DE ABREU

ARLETE MENDES COSTA

Departamento: Letras Clássicas e Vernáculas

Programa: Filologia e Língua Portuguesa

Orientador: Prof. Dr. Hudinilson Urbano

Banca: Profs. Drs. Hudinilson Urbano (FFLCH), Lineide do Lago Salvador Mosca (FFLCH) e Rubens José Souza Brito (UNICAMP)

RESUMO

Compreendendo que não apenas as combinações linguísticas inéditas são capazes de fornecer ao enunciado a expressividade, passou-se a analisar o efeito expressivo de “frases feitas”, mais especificamente: os provérbios, as locuções idiomáticas e as citações, que, de modo geral, são vistos pelos manuais de redação como “clichês, lugares comuns sem valor expressivo”.

Dessa forma, desenvolveu-se este trabalho a fim de atingir dois objetivos. O primeiro é a verificação do funcionamento daquilo que genericamente se denominou de “frases feitas” como recurso de expressividade. O segundo é a observação das relações de

aproximação ou distanciamento, pelo viés da oralidade, entre as normas ditas culta e popular.

Para tanto foi escolhida como *corpus* a peça teatral, que se encontra no livro *Comédia Popular Brasileira* do autor Luis Alberto de Abreu, intitulada de *Burundanga*.

A partir de então, observou-se que frases feitas nascem para serem expressivas e para continuamente carregarem essa característica com elas. Não sendo possível, portanto, imaginar uma frase feita destituída da sua força “apelativa ou emotiva”.

A pesquisa também suscita questões sobre como os valores culturais e as marcas ideológicas são explicitados nas “frases feitas”, analisando, portanto, o poder evocativo e sugestivo das imagens contidas nessas estruturas, já que, a maioria delas, é de caráter metafórico.

PALAVRAS-CHAVE: expressividade, oralidade, frases feitas, Luis Alberto de Abreu, *Burundanga*.

UM MODELO DE CENA ENUNCIATIVA SOBRE A EXCLUSÃO. ANÁLISE DE NOTÍCIAS E DE EXPERIMENTOS NO BRASIL E NA ARGENTINA.

DENISE VILELA SANTUCCI

Departamento: História
Programa: História Social
Orientador: Prof. Dr. Adrián Pablo Fanjul
Banca: Profs. Drs. Eva Ucy Miranda Sá Soto (UNESP); Ana Rosa Ferreira Dias (FFLCH)

RESUMO

O presente trabalho se constitui da análise de notícias de jornais brasileiros e argentinos e de uma amostra experimental escrita por sujeitos de ambos os países (Brasil e Argentina) para verificar como se constrói, no gênero notícia, a relação existente entre a exclusão e a ordem político-social.

Pensamos que a produção de textos que se encaixa nesse gênero traz um modelo de cena enunciativa que ressalta a manutenção da exclusão como condição para a manutenção da ordem política.

Além disso, por meio da análise dos textos, verificamos como a tentativa de ruptura da ordem política preestabelecida e a luta pela ocupação de um espaço se materializa na ordem do discurso, levando em conta não só as duas línguas envolvidas, mas também a historicidade local de cada país.

PALAVRAS-CHAVE: análise do discurso, enunciação, regularidade enunciativa, discursividade, memória discursiva.

PRODUÇÃO DA FACULDADE





Mithistória

FRANCISCO MURARI PIRES

A coletânea de ensaios que compõe *Mithistória* tem por objetivo maior uma leitura de textos da historiografia grega clássica que antes situe suas significações contra e pelo horizonte de suas ambivalentes heranças míticas, mais especialmente homéricas, do que as projetando contra e pela identificação das categorias do moderno pensamento historiográfico.

Associação Editorial Humanitas - www.fflch.usp.br/humanitas

Cintilações Francesas – Revista da Sociedade Filomática, Machado de Assis e José de Alencar

GILBERTO PINHEIRO PASSOS

Este livro é mais um resultado das pesquisas que Gilberto Pinheiro Passos empreendeu, há anos, sobre o influxo francês na cultura letrada brasileira do século XIX. Nos quatro livros anteriores, o autor analisou e interpretou esse influxo nos romances maduros de Machado de Assis, inclusive seu último estudo dedicado a *Dom Casmurro*, *Capitu* e *a mulher fatal*.

Os cinco ensaios reunidos neste volume integram a longa e produtiva história daquela pesquisa, em parte como assuntos colaterais, mas sempre como complementos inteligentes e enriquecedores.

NANKIN EDITORIAL - www.nankin.com.br



Serafino

CADERNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO PROGRAMA DE LÍNGUA E LITERATURA ITALIANA – FFLCH-USP

Serafino tem o objetivo principal de ser um espaço para publicação e a divulgação dos trabalhos dos alunos do programa de Língua e Literatura Italiana. Além disso, ele também busca divulgar, junto da produção discente, informações de referência para quem cursa a pós-graduação. *Serafino* ainda traz textos de crítica no original, em italiano, muitas vezes sem edição brasileira. Em seu primeiro número, *Serafino* publica o artigo *Classici del romanzo europeo: de Stendhal a Kafka*, do crítico italiano Alfonso Berardinelli.

de Stendhal a Kafka, do crítico italiano Alfonso Berardinelli.

Revista de italianística XIV

Dedicada a temas ligados à área de estudos de italianística, a revista apresenta quatro seções. A primeira é dedicada a temas diversos de literatura e crítica. A segunda aborda o tema das relações entre Brasil e Itália. A seção *Várias* contém um importante ensaio crítico de Júlio Roberto Katinsky sobre *História da Arte Italiana*, de G.C. Argan. Por último, uma seção de entrevistas com autores italianos que estiveram recentemente no Brasil: Alessandro Barico, Mario Perniola e Alfonso Berardinelli.





Mitopoéticas: da Rússia às Américas

AURORA FORNONI BERNARDINI E JERUSA PIRES FERREIRA (Orgs.)

Este livro reproduz, além de alguns textos originais de E. M. Meletínski, R. Jakobson Bogatyruóv e Boris Shchnaiderman, a quase totalidade das conferências e comunicações apresentadas durante o Colóquio Internacional *Mitopoéticas: da Rússia às Américas*, realizado da Universidade de São Paulo (USP) em novembro de 1998, numa iniciativa conjunta do Curso de Russo e do GEPSt (Grupo de Estudos dos Países Socialistas em Transformação) da USP e do Núcleo de Poéticas da Oralidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como uma das comemorações em homenagem aos oitenta anos de Eleazar M. Meletínski (1918-2006). Meletínski, uma das figuras mais importantes das Humanidades na Rússia, é conhecido no Brasil pelo clássico *A poética do mito* (1976) e pelo mais recente *Os arquétipos literários* (1994).

Associação Editorial Humanitas - www.fflch.usp.br/humanitas

Teresa – Revista de literatura brasileira 6/7

PUBLICAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ÁREA DE LITERATURA BRASILEIRA
DO DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

Às vésperas do centenário da morte de Machado de Assis, sua obra permanece no centro do debate literário no Brasil. Este número de *Teresa*, inteiramente dedicado ao escritor, busca refletir as diferentes leituras e abordagens suscitadas por sua obra. A idéia é oferecer um panorama do estado atual da crítica, procurando indicar as principais linhas de interpretação, bem como registrar tendências dos estudos recentes. Além disso, o número contém documentação iconográfica com a reunião de mais de uma dezena de retratos fotográficos de Machado de Assis, além das folhas de rosto de todos os romances, contos e volumes de poemas que publicou em vida.



Lugar do mito – Narrativa e processo social nas *Primeiras estórias* de Guimarães Rosa

ANA PAULA PACHECO

Este livro que nasceu de um estudo do modo de narração de “O espelho”, foi pouco a pouco se incorporando, ganhando força ao longo dos anos, até se transformar numa análise abrangente e penetrante das *Primeiras estórias*, tudo para se reencontrar de novo no mais fundo com a interrogação e o desconcerto das imagens especulares de que partiu. Em seu percurso minucioso e tenaz em busca do sentido, a autora não apenas mergulha na desvendagem dos contos como estruturas relativamente autônomas, mas procura compreender também os princípios de organização que dão coerência e unidade à coletânea como um todo tensionado entre os cimos e os abismos de uma rara invenção. É que aceitou o desafio dos tortuosos avatares que são essas narrativas, feitas de mito e história, das contradições do real espelhadas nas formas da ficção.

Sem se deter diante de dificuldade alguma, Ana Paula Pacheco chega aos dilemas da representação literária que constituem outras tantas perplexidades para quem busca, não sem antes ter nos deixado a mais arguta interpretação das *estórias* mais difíceis de Guimarães Rosa.

Davi Arrigucci Jr.

Nankin Editorial - www.nankin.com.br



A Política da Nostalgia

MARCOS PIASON NATALI

Através da análise da nostalgia, este estudo examina o processo que levou à invenção e cristalização de uma maneira especificamente moderna de dar forma ao passado e ao relacionamento com os mortos.

As análises de três romances latino-americanos – *Pedro Párama* do mexicano Juan Rulfo, *Paradiso* do cubano José Lezama Lima, *Em estado de memória* da argentina Tununa Mercado -, conduzem a uma discussão do problema da representação das conseqüências, para o pensamento, para a literatura, para a política e para a ética, de diferentes formas de se pensar a relação entre o presente e o passado e entre os vivos e os mortos.

Nankin Editorial - www.nankin.com.br

Um Canto à Margem

Uma leitura da poética de Cruz e Sousa

IVONE DARÉ RABELLO



Cruz e Sousa, o homem e sua produção literária, em verso e em prosa, continua como sintoma e emblema na cultura letrada brasileira. Sintoma e emblema que, por sua vez, se constituem como enigma em si e como parte do “segredo” do Brasil.

Só o estudo minucioso e sensível das condições de produção intelectual vividas e enfrentadas pelo grande poeta e a análise e interpretação dos resultados artísticos e humanos alcançados em sua obra permitirão desvendar, permanentemente e ainda vivo, tanto do enigma como do segredo referidos.

Um canto à margem, de Ivone Daré Rabello, caminha decisivamente nessa direção. Embora a bibliografia sobre Cruz e Sousa seja bastante extensa, jamais o trabalho crítico e interpretativo avançou tanto. Ele repassa o que já está consolidado, o que é polêmico e o que não se sustenta.

Nankin Editorial – www.nankin.com.br

EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo – www.usp.br/edusp

INFORME

Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - nº 34 - abril/maio de 2007



Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Serviço de Comunicação Social – AÇÃO

Prédio da Administração – Rua do Lago, 717
Cidade Universitária – CEP 05508-900
Telfax: 3091-4612 – Fone: 3091-4938

